

A EFICÁCIA DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Suéllen Danúbia da Silva¹
Ana Claudia dos Santos Barão²
Amanda da Silva Cuim³
Elimeire Alves de Oliveira⁴
Tiago Moreno Lopes Roberto⁵
Ijosiél Mendes⁶

RESUMO: A Comissão Própria de Avaliação (CPA) constitui um importante instrumento de avaliação e acompanhamento da qualidade das instituições de educação superior, contribuindo para o planejamento e o aprimoramento da gestão educacional. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a eficácia da Comissão Própria de Avaliação na gestão educacional, considerando sua contribuição para a identificação de potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria no contexto institucional. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, com base em estudos acadêmicos, documentos institucionais e legislações relacionadas à avaliação da educação superior. A análise evidencia que a atuação da CPA ultrapassa a aplicação de instrumentos avaliativos, envolvendo a coleta, sistematização e análise de informações que podem subsidiar processos decisórios e ações de planejamento institucional. Os resultados apontam que, quando seus dados são efetivamente utilizados pelos gestores, a CPA pode contribuir para o aperfeiçoamento das políticas acadêmicas, administrativas e de infraestrutura, bem como para o fortalecimento da participação da comunidade acadêmica nos processos institucionais. Destaca-se, ainda, que a eficácia da CPA depende de fatores como participação dos diferentes segmentos institucionais, transparência na divulgação dos resultados, continuidade dos processos avaliativos e implementação de ações de melhoria. Conclui-se que a CPA pode desempenhar papel estratégico na gestão educacional, especialmente quando a avaliação institucional é compreendida como processo permanente de reflexão, planejamento e transformação da realidade acadêmica.

1

Palavras-chave: Comissão Própria de Avaliação. Avaliação Institucional. Gestão Educacional. Educação Superior. Qualidade Educacional.

¹Docente no curso de Pedagogia da Faculdade Futura. Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV), Graduada em Administração pela Faculdade Futura, Graduada em Pedagogia (UNIBF) Especialista em Administração Estratégica com ênfase em Marketing e Gestão de Recursos Humanos (UNILAGO), Especialização em Controladoria (UNIASSELVI), Mestrado em Administração (UNIMEP).

²Docente da Faculdade Futura de Votuporanga. Graduada em Ciências Biológicas (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (ISEED-FAVED). Especialista em Neurociência e Aprendizagem (ÚNICA). Especialista em Atendimento Educacional Especializado (IPEMIG). Mestre em Biologia Animal (UNESP).

³Docente na Faculdade Futura de Votuporanga, Docente na Prefeitura de Votuporanga. Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP). Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenação Pedagógica (UFSCAR). Graduada em Pedagogia (UNIFEV).

⁴Docente e Coordenadora no curso de Pedagogia da Faculdade Futura. Graduada em Direito (UNIFEV), Pedagogia e Letras, Especialista em Gestão Escolar. Mestre em Ensino e Processos Formativos. Advogada.

⁵Graduado em Psicologia e Pedagogia. Especialista em Saúde Mental, Mestre em Psicologia e Saúde; Doutor em Ciências da Saúde; Professor do Curso de Psicologia e Odontologia; Professor da Faculdade Futura.

⁶Docente da Faculdade Futura de Votuporanga. Graduado em Matemática. (UNIFEV). Especialista em Matemática (UNICAMP). Especialista em Matemática no Ensino Médio (UFSCAR). Mestrado em Matemática (UNESP).

ABSTRACT: The Internal Evaluation Commission (CPA) serves as a vital tool for assessing and monitoring the quality of higher education institutions, contributing to the planning and enhancement of educational management. In this context, this article aims to analyze the CPA's effectiveness in educational management, considering its contribution to identifying strengths, weaknesses, and opportunities for improvement within the institution. The study is qualitative in nature—exploratory and descriptive—and was conducted through a literature review based on academic studies, institutional documents, and legislation regarding higher education assessment. The analysis reveals that the CPA's role extends beyond the mere application of assessment tools; it involves collecting, systematizing, and analyzing information that can inform decision-making and institutional planning. The results indicate that when administrators effectively utilize the data it generates, the CPA can contribute to refining academic, administrative, and infrastructure policies, as well as strengthening the academic community's participation in institutional processes. Furthermore, the CPA's effectiveness depends on factors such as the participation of various institutional segments, transparency in disseminating results, the continuity of assessment processes, and the implementation of improvement measures. The study concludes that the CPA can play a strategic role in educational management, particularly when institutional assessment is understood as an ongoing process of reflection, planning, and transformation of the academic reality.

Keywords: Internal Evaluation Commission. Institutional Assessment. Educational Management. Higher Education. Educational Quality.

INTRODUÇÃO

2

A avaliação institucional constitui um importante instrumento para o desenvolvimento e o aprimoramento das instituições de educação superior, uma vez que possibilita a identificação de potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria nos diferentes setores que compõem a organização educacional. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) assume papel fundamental ao promover processos avaliativos que contribuem para a compreensão da realidade institucional e para o planejamento de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino e da gestão.

No Brasil, a avaliação institucional das instituições de educação superior está vinculada às diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004. A CPA é responsável pela condução dos processos internos de avaliação, considerando diferentes dimensões institucionais, tais como as políticas acadêmicas, a infraestrutura, a gestão, as políticas de pessoal, a responsabilidade social e o planejamento institucional, os resultados produzidos pela avaliação podem constituir importantes subsídios para a tomada de decisões pelos gestores.

A eficácia da CPA, entretanto, não está relacionada apenas à aplicação de instrumentos de avaliação e à elaboração de relatórios. Sua efetividade depende da capacidade institucional de utilizar os resultados obtidos para subsidiar o planejamento, estabelecer prioridades, implementar ações de melhoria e acompanhar seus resultados.

A avaliação institucional pode ultrapassar uma perspectiva meramente burocrática ou documental e assumir caráter formativo e estratégico, contribuindo para uma gestão educacional fundamentada em evidências e na participação da comunidade acadêmica.

A participação de estudantes, docentes, técnicos-administrativos e demais segmentos institucionais também representa um elemento relevante para a qualidade do processo avaliativo, quanto maior o envolvimento da comunidade acadêmica, maiores são as possibilidades de que os resultados reflitam diferentes percepções sobre a realidade institucional.

A comissão própria de avaliação CPA, pode atuar como um espaço de diálogo entre os diferentes atores da instituição, favorecendo uma cultura de avaliação contínua, participativa e comprometida com a melhoria da educação.

Este artigo tem como objetivo analisar a eficácia da Comissão Própria de Avaliação na gestão educacional, considerando sua contribuição para o diagnóstico institucional, o planejamento estratégico, a tomada de decisões e a implementação de ações de melhoria, busca-se compreender de que maneira os resultados das avaliações podem ser incorporados à gestão e quais fatores podem favorecer ou limitar a atuação da CPA no contexto das instituições de educação superior.

Na discussão está a necessidade de fortalecer os processos de avaliação institucional como instrumentos efetivos de gestão e não apenas como exigências regulatórias, ao estabelecer uma relação entre avaliação, planejamento, participação e tomada de decisão, a CPA pode contribuir para a construção de uma gestão mais democrática, transparente e orientada à melhoria contínua da qualidade educacional.

AValiação INSTITUCIONAL E GESTÃO EDUCACIONAL

A avaliação institucional constitui um importante instrumento para o conhecimento da realidade das instituições de educação superior, possibilitando a identificação de potencialidades, fragilidades e aspectos que necessitam de aprimoramento. No contexto brasileiro, a avaliação institucional ganhou maior sistematização a partir da criação do Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O sistema tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, o aumento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social, além do fortalecimento da responsabilidade social das instituições (BRASIL, 2004).

A concepção de avaliação presente no SINAES considera a instituição de forma ampla, contemplando suas diferentes dimensões, estruturas, relações, atividades e responsabilidades sociais. Dessa maneira, a avaliação institucional não deve ser compreendida apenas como um procedimento de controle ou fiscalização, mas como um processo capaz de produzir informações relevantes para o planejamento e para a tomada de decisões institucionais. Segundo o INEP (2004), a autoavaliação constitui um dos instrumentos centrais do processo avaliativo e deve respeitar as características, a identidade e as especificidades de cada instituição.

A gestão educacional pode utilizar os resultados da avaliação institucional como subsídio para estabelecer prioridades, definir estratégias e acompanhar ações de melhoria. A avaliação passa, portanto, a integrar o processo de planejamento institucional, permitindo que decisões administrativas e acadêmicas sejam fundamentadas em informações provenientes da própria comunidade institucional.

Para Dias Sobrinho (2008), a avaliação da educação superior precisa ultrapassar uma perspectiva meramente técnica e regulatória, assumindo uma dimensão educativa e formativa. Nessa perspectiva, avaliar significa produzir conhecimento sobre a instituição, estimular a reflexão coletiva e contribuir para a construção de melhorias que estejam relacionadas à missão e aos objetivos institucionais.

4

2.2 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DO SINAES

A Comissão Própria de Avaliação constitui uma instância fundamental do processo de avaliação institucional das instituições de educação superior brasileiras. Sua criação está prevista no artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, que estabelece como atribuições da CPA a condução dos processos internos de avaliação, a sistematização das informações e a prestação dos dados solicitados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2004).

De acordo com o INEP (2004), a autoavaliação realizada pela CPA deve envolver a comunidade acadêmica e possibilitar uma análise sistemática da instituição, considerando suas diferentes dimensões. A proposta pressupõe a participação de docentes, discentes, técnicos-

administrativos e representantes da sociedade civil, fortalecendo o caráter participativo do processo avaliativo.

A legislação também estabelece que a composição da CPA deve assegurar a participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sem que um segmento detenha maioria absoluta. Essa característica reforça a necessidade de representatividade e pluralidade na construção da avaliação institucional (BRASIL, 2004).

Segundo Barreyro e Rothen (2006), a implantação das CPAs representou uma importante mudança na organização da avaliação institucional das instituições de educação superior, especialmente pela incorporação da autoavaliação como componente do processo avaliativo. Para os autores, a CPA assume papel articulador na produção de informações sobre a instituição e na disseminação de uma cultura avaliativa.

A atuação da CPA, portanto, não deve limitar-se à elaboração de questionários, aplicação de instrumentos e produção de relatórios, sua contribuição para a gestão educacional está relacionada à capacidade de transformar os dados obtidos em informações interpretadas e úteis para o planejamento institucional. O próprio INEP destaca, em suas análises sobre os relatórios de autoavaliação, a importância da existência de sugestões de melhoria, evidências de replanejamento e mudanças decorrentes dos processos avaliativos.

2.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA

A autoavaliação institucional caracteriza-se como um processo sistemático de reflexão sobre as práticas, políticas, estruturas e resultados de uma instituição. Seu objetivo não se limita à identificação de problemas, mas envolve também o reconhecimento das potencialidades institucionais e a construção de propostas de melhoria.

O roteiro de Autoavaliação Institucional elaborado pelo INEP apresenta a autoavaliação como um processo que deve considerar a identidade e as especificidades de cada instituição. O documento orienta as CPAs quanto ao desenvolvimento de procedimentos próprios de avaliação, permitindo que sejam selecionados indicadores relacionados à realidade institucional (INEP, 2004).

De acordo com a proposta metodológica do SINAES, o processo de autoavaliação pode ser organizado em etapas de preparação, desenvolvimento e consolidação. Essas etapas envolvem ações como planejamento, sensibilização da comunidade acadêmica, coleta e análise

de informações, elaboração de relatórios e divulgação dos resultados. Esse processo favorece a construção de uma cultura institucional de avaliação contínua (BRASIL, 2004; INEP, 2004).

A pesquisa de Andriola (2005) também evidencia a importância da avaliação participativa para a construção de processos avaliativos capazes de envolver diferentes segmentos institucionais. Nessa perspectiva, a participação não deve ocorrer apenas no momento de responder aos instrumentos de avaliação, mas também na discussão dos resultados e na construção de alternativas para o aprimoramento institucional.

A autoavaliação torna-se mais significativa quando seus resultados são socializados e discutidos com a comunidade acadêmica a divulgação das informações favorece a transparência e permite que os diferentes segmentos compreendam as necessidades institucionais e participem da definição das ações de melhoria.

2.4 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA NA ATUAÇÃO DA CPA

A participação da comunidade acadêmica constitui um dos princípios relevantes da avaliação institucional proposta pelo SINAES. A Lei nº 10.861/2004 determina que a avaliação deve contemplar a participação de estudantes, professores, técnicos-administrativos e sociedade civil, por meio de suas representações (BRASIL, 2004).

A amplia a possibilidade de que a avaliação reflita diferentes percepções sobre a instituição. Estudantes podem apresentar informações relacionadas às condições de ensino e aprendizagem; docentes podem contribuir com aspectos relacionados às práticas pedagógicas e às condições de trabalho; técnicos-administrativos podem oferecer percepções sobre os processos de gestão e atendimento; e representantes da sociedade podem contribuir para a análise da responsabilidade social da instituição.

A CPA pode funcionar como espaço institucional de diálogo e escuta a avaliação deixa de ser compreendida exclusivamente como uma atividade técnica e passa a constituir um processo de construção coletiva de conhecimento sobre a instituição. Para Dias Sobrinho (2008), a avaliação institucional possui uma dimensão social e educativa justamente porque envolve sujeitos, valores, concepções e diferentes interpretações acerca da qualidade da educação superior.

Entretanto, a participação efetiva depende de ações permanentes de sensibilização e comunicação a literatura sobre a implementação das CPAs aponta que a mobilização da comunidade acadêmica é uma etapa importante para o desenvolvimento do processo de

autoavaliação, envolvendo estratégias como reuniões, seminários e diferentes formas de comunicação institucional (LEITE, 2005; BRASIL, 2004).

2.5 A EFICÁCIA DA CPA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO EDUCACIONAL

A eficácia da CPA pode ser compreendida a partir da capacidade de seus processos produzirem informações relevantes e, principalmente, de essas informações contribuírem para mudanças e melhorias na instituição, não é suficiente verificar se a CPA realizou avaliações ou elaborou relatórios; é necessário analisar se os resultados foram considerados no planejamento e nas decisões institucionais.

O INEP (2011) ressalta a importância de verificar, nos processos de autoavaliação, a existência de sugestões de melhorias, evidências de replanejamento e mudanças institucionais decorrentes da avaliação. Essa perspectiva aproxima a autoavaliação da gestão estratégica, pois permite estabelecer uma relação entre diagnóstico, planejamento, implementação e acompanhamento das ações.

A CPA está diretamente relacionada ao ciclo contínuo de avaliação e melhoria: avaliar → analisar → planejar → implementar → acompanhar → reavaliar. Quando os resultados são efetivamente utilizados pela gestão, a avaliação pode contribuir para decisões mais fundamentadas e para o aperfeiçoamento das políticas acadêmicas e administrativas.

Quando a avaliação permanece restrita à elaboração de documentos para atendimento de exigências regulatórias, seu potencial transformador pode ser reduzido, para Barreyro e Rothen (2006) discutem as tensões existentes entre as dimensões formativa e regulatória da avaliação no âmbito do SINAES, evidenciando a necessidade de preservar o caráter reflexivo e institucional do processo avaliativo.

A avaliação institucional, portanto, apresenta maior potencial de contribuição para a gestão quando seus resultados são incorporados ao planejamento e quando existe compromisso institucional com a implementação das ações propostas., a CPA não substitui os órgãos responsáveis pela gestão, mas fornece subsídios para que gestores e comunidade acadêmica possam conhecer melhor a realidade institucional e construir estratégias de aprimoramento.

2.6 CPA, PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL E CULTURA DE MELHORIA CONTÍNUA

A relação entre CPA e planejamento institucional é essencial para que a avaliação produza efeitos concretos o diagnóstico obtido por meio dos instrumentos avaliativos pode subsidiar a revisão de metas, projetos e ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estabelecendo maior articulação entre avaliação e planejamento.

As diretrizes do SINAES indicam que a avaliação institucional deve considerar a missão e o planejamento da instituição, bem como suas diferentes dimensões acadêmicas, administrativas e sociais, essa abordagem permite compreender a instituição em sua totalidade, evitando que os resultados sejam interpretados de maneira isolada (BRASIL, 2004).

A cultura de avaliação, nesse contexto, pressupõe que a comunidade institucional reconheça a avaliação como instrumento de aprendizagem organizacional, para o INEP (2004), a autoavaliação deve favorecer o conhecimento da instituição, a reflexão sobre suas práticas e a construção de ações voltadas ao seu aperfeiçoamento.

A CPA pode contribuir para uma gestão educacional mais participativa, transparente e orientada por evidências. Sua atuação possibilita que diferentes segmentos da instituição expressem suas percepções, que os resultados sejam sistematizados e que os gestores disponham de informações para subsidiar decisões relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à infraestrutura, às políticas de pessoal, ao atendimento aos estudantes e aos processos administrativos.

Dessa forma, a eficácia da Comissão Própria de Avaliação deve ser compreendida não apenas pela realização formal de suas atribuições, mas pela capacidade de promover reflexão institucional, participação da comunidade acadêmica e utilização dos resultados para o planejamento e a melhoria contínua da instituição de educação superior.

METODOLOGIA

A pesquisa, caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. A escolha dessa abordagem está relacionada à necessidade de compreender, a partir da literatura científica, a importância da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para os processos de avaliação institucional e sua contribuição para a gestão e para o desenvolvimento das instituições de educação superior.

A pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais aprofundada dos fenômenos estudados, considerando seus significados, características e relações no contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, a investigação não se limita à mensuração de dados, mas busca compreender como a avaliação institucional pode contribuir para o planejamento, a tomada de decisões e a implementação de ações de melhoria na gestão educacional.

Quanto aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter exploratório, uma vez que busca ampliar a compreensão sobre a atuação da CPA e sua relação com a gestão educacional. Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória proporciona maior aproximação com o problema investigado, permitindo ampliar o conhecimento sobre determinado fenômeno e favorecer a construção de hipóteses e interpretações, a pesquisa procura reunir conhecimentos que possibilitem compreender a CPA não apenas como um mecanismo de avaliação, mas como instrumento de apoio à gestão institucional.

A pesquisa também possui caráter descritivo, pois pretende apresentar e analisar características relacionadas à atuação da Comissão Própria de Avaliação, seus processos avaliativos e sua contribuição para o planejamento e para a melhoria das práticas institucionais, de acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa científica deve seguir procedimentos sistemáticos e organizados, permitindo ao pesquisador analisar o objeto de estudo de maneira fundamentada e coerente.

9

Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos institucionais e publicações acadêmicas relacionadas à avaliação institucional, gestão educacional, educação superior e atuação da CPA. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já publicados, possibilitando ao pesquisador estabelecer contato com diferentes contribuições teóricas relacionadas ao objeto investigado.

Para a seleção e organização das informações, foram consideradas produções acadêmicas relacionadas aos seguintes eixos temáticos: avaliação institucional; Comissão Própria de Avaliação; gestão educacional; planejamento institucional; participação da comunidade acadêmica; processos de melhoria institucional e tomada de decisão. A análise dessas produções permitiu estabelecer relações entre os processos avaliativos desenvolvidos pela CPA e as práticas de gestão das instituições de educação superior.

No desenvolvimento da pesquisa, também foram considerados os princípios de organização e sistematização do conhecimento científico. Medeiros (2019) destaca a importância

da utilização de procedimentos adequados para a pesquisa, leitura, seleção das fontes, organização das informações e elaboração de trabalhos acadêmico-científicos, a revisão bibliográfica foi conduzida de forma sistemática, buscando identificar contribuições teóricas capazes de fundamentar a discussão acerca da eficácia da CPA na gestão educacional.

A análise do material selecionado foi realizada de maneira qualitativa e interpretativa, buscando identificar convergências entre os autores e compreender os principais aspectos relacionados à atuação da CPA. Foram observadas especialmente as discussões sobre a utilização dos resultados das avaliações institucionais no planejamento, na identificação de fragilidades, no reconhecimento de potencialidades e na proposição de ações de melhoria.

Assim, a metodologia adotada possibilitou reunir e analisar conhecimentos produzidos sobre a avaliação institucional e a atuação das CPAs, buscando compreender em que medida os resultados dos processos avaliativos podem contribuir para uma gestão educacional mais participativa, democrática e orientada para a melhoria contínua da qualidade institucional. A opção pela pesquisa bibliográfica mostra-se adequada ao propósito do estudo, pois permite estabelecer um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e construir uma análise fundamentada sobre a eficácia da CPA no contexto da gestão educacional.

COONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a eficácia da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na gestão educacional, considerando sua importância para os processos de avaliação institucional, planejamento e tomada de decisões nas instituições de educação superior. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a CPA desempenha papel estratégico na construção de uma cultura institucional orientada pela avaliação, pela participação coletiva e pela busca contínua da qualidade educacional.

Os estudos analisados evidenciam que a avaliação institucional não deve ser compreendida apenas como uma exigência normativa ou como um procedimento destinado à produção de informações. Quando realizada de maneira sistemática e participativa, ela constitui importante instrumento de diagnóstico, capaz de identificar potencialidades, fragilidades e necessidades da instituição. Nesse contexto, a CPA assume uma função fundamental ao organizar e analisar informações provenientes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e transformá-las em subsídios para o planejamento institucional.

A eficácia da CPA, portanto, está diretamente relacionada à capacidade da instituição de utilizar os resultados das avaliações para promover mudanças concretas. A simples realização de questionários, elaboração de relatórios ou divulgação de resultados não garante, por si só, a efetividade do processo avaliativo. É necessário que as informações produzidas sejam consideradas pelos gestores na definição de prioridades, na elaboração de planos de ação e no acompanhamento das melhorias implementadas.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à participação da comunidade acadêmica. A atuação da CPA tende a ser mais eficaz quando docentes, discentes, tutores e técnicos administrativos compreendem a importância da avaliação institucional e percebem que suas contribuições são consideradas nos processos decisórios, a participação deixa de ser meramente formal e passa a contribuir para o fortalecimento da gestão democrática e participativa.

A CPA também pode contribuir para o aperfeiçoamento do planejamento institucional ao estabelecer uma relação entre avaliação, diagnóstico e tomada de decisão. Os resultados obtidos podem auxiliar a instituição na identificação de necessidades relacionadas às políticas acadêmicas, infraestrutura, atendimento aos estudantes, comunicação institucional, gestão de pessoas, processos pedagógicos e demais dimensões que compõem a realidade institucional. Assim, a avaliação passa a funcionar como um mecanismo de retroalimentação do planejamento e da gestão.

11

Entretanto, a eficácia da CPA pode ser comprometida por diferentes fatores, como baixa participação da comunidade acadêmica, ausência de divulgação dos resultados, pouca integração entre a CPA e os setores responsáveis pela gestão e, principalmente, pela falta de acompanhamento das ações propostas a partir dos resultados avaliativos. Por essa razão, é necessário fortalecer a autonomia, a visibilidade e a atuação da Comissão, garantindo condições institucionais para que suas análises sejam efetivamente consideradas no processo de gestão.

Conclui-se, portanto, que a Comissão Própria de Avaliação constitui um importante instrumento para o desenvolvimento institucional e para o aprimoramento da gestão educacional, sua eficácia não deve ser avaliada apenas pela quantidade de avaliações realizadas ou de relatórios produzidos, mas, sobretudo, pela capacidade de transformar os resultados da avaliação em ações concretas de melhoria nesse sentido, a CPA pode contribuir significativamente para uma gestão mais participativa, transparente, democrática e comprometida com a qualidade da educação superior.

A necessidade de que as instituições compreendam a avaliação como um processo permanente e coletivo, e não como uma ação isolada ou meramente burocrática. O fortalecimento da cultura avaliativa, aliado ao compromisso dos gestores e à participação da comunidade acadêmica, pode ampliar a contribuição da CPA para o planejamento estratégico e para a melhoria contínua dos processos institucionais. Dessa maneira, a Comissão Própria de Avaliação consolida-se como um importante espaço de reflexão, diálogo e produção de conhecimentos que podem subsidiar decisões e favorecer o desenvolvimento institucional.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação institucional na Universidade Federal do Ceará (UFC): organização de sistema de dados e indicadores da qualidade institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 10, n. 2, 2005.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. “SINAES” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 955-977, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: MEC/CONAES, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES: da concepção à regulamentação**. Brasília: INEP, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior: avanços e riscos**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Roteiro de autoavaliação institucional: orientações gerais**. Brasília: INEP, 2004.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES: análise dos relatórios de autoavaliação das instituições de educação superior**. Brasília: INEP, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: guia prático para trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2019. A obra aborda procedimentos de pesquisa, fontes de pesquisa, citações, referências e organização de trabalhos acadêmico-científicos

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.